
CONSTRUINDO O ESPAÇO PRAÇA NA CIDADE: ENSAIO SOBRE A PLAZA DE MAYO “DA ARGENTINA”

MAKING THE TOWN SPACE IN THE CITY: ESSAY ABOUT THE “PLAZA DE MAYO” IN ARGENTINA

Natasha Dias Castelli
Mestranda/ PPG em História UNISINOS
natasha.dias.castelli@hotmail.com

RESUMO: É extremamente difícil pensar sobre a pluralidade de formas pelas quais uma cidade se constitui. Contudo, o que podemos perceber é que independente do modelo de cidade há milhares de anos observamos a existência do “elemento urbano” *praça*, seja ela previamente pensada e projetada, ou ainda, aquela que surge através de um desenvolvimento orgânico. A praça, já foi considerada o “marco zero” de uma cidade, a condição de existência da mesma, um modelo “micro” da vida urbana, seja pela noção de sociabilidade, pelo local de expressividade popular, de poder, de comércio, ou ainda, pela mescla de tudo isso. Portanto, no presente trabalho iremos trata-la enquanto tal: território da cidade. Da mesma forma repousamos nossas considerações e análises sob um arquétipo, a *Plaza de Mayo*. Na tentativa de aliar a bibliografia à realidade da praça em questão, nos interessa discutir, desde a concepção deste local passando pelas transformações sofridas ao longo dos anos, suas multifacetadas funcionalidades, bem como, a multiplicidade de territórios abrigados em um mesmo espaço. Os conceitos de *espaço e território* que um local como a praça pode abarcar também são abordados, mesmo que brevemente, buscando conferir a complexidade que um local como esse afere.

PALAVRAS CHAVE: Espaço. Praça. Plaza de Mayo.

ABSTRACT: It is extremely hard to think about the multiplicity of ways in which a city constitutes itself. However, what we notice is the existence of the urban element “public square” independently of the pattern of any city, whether it is planned or rather “built” through organic development. The square was once held as the “zero point” of a city - the very condition for its existence- , and even a microscopic model of the urban life because of the notion of sociability, by the local popular expressiveness, power, commerce or a mix of all these elements. Therefore, in the present paper we shall treat the square as a territory of the city. We will lay our considerations and analyzes over an archetype, the Plaza de Mayo. What interests us more is to discuss the conception of the place, going through its transformations in the course of the years, its multiple functions as well as the multiplicity of territories enclosed in the same space in an attempt to unite the bibliography to the reality of the square in question. Both the concepts of space and territory will be approached, briefly, in order to pursue the complexity that a place like this holds.

KEYWORDS: Space. Square. Plaza de Mayo.

O território praça enquanto *espaço*: considerações sobre os conceitos a partir da obra de Milton Santos

O geógrafo brasileiro Milton Santos, um dos mais importantes de seu tempo, tem contribuição notória no movimento iniciado em meados da década de 1970 e conhecido como “renovação da geografia”. Precursor do mesmo, o movimento, dentre outras coisas, questionava a concepção da própria geografia, além de trabalhar com conceitos dos quais Santos dedicou boa parte de sua obra, como *espaço e território*, abordagem que muito nos interessa e que será tratada de forma introdutória.

Destarte é preciso evidenciar que ao abordar conceitos tão complexos, o geógrafo deixa claro que qualquer definição não é imutável, a historicidade dos conceitos é claramente demonstrada através das mudanças de referenciais teóricos e amadurecimento intelectual introduzido ao longo de sua obra, por isso, é considerado por muitos estudiosos como proponente de uma concepção de geografia híbrida (SAQUET; SILVA, 2008).

De acordo SAQUET e SILVA (2008, p.26), Milton Santos, bem como, o movimento de renovação da geografia, teriam sido profundamente influenciados pelo referencial teórico marxista utilizando princípios do materialismo histórico e dialético. Nas palavras de Dematteis (2005): (autores marxistas) [...] sugeriam novas interpretações do espaço geográfico como ‘território’, isto é, como objeto de disputa e dominação (...) das relações sociais de produção”. Além de centralizar o homem enquanto sujeito na construção do espaço.

A partir desta perspectiva a concepção de espaço e de território foi profundamente repensada, sendo, o resultado desta reflexão importantíssimo ao presente trabalho no que tange a noção de complexidade do espaço geográfico formado pela ação do homem e dos processos sociais. Espaço e Território seriam categorias diferentes e evidenciar essa diferença é extremamente relevante, de acordo com Milton Santos:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência

real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (SANTOS, 2006, p.38-39).

O território precede o espaço, representa uma área delimitada, a utilização do território é imprescindível para criar o espaço. Grosso modo, poderíamos dizer que o *espaço* é construído a partir do *território* (formado pelo complexo natural mais os sistema de objetos feito pelos homens) em consonância com a ação e as relações sociais dadas a longo prazo, e essa dinâmica transforma o espaço através de tal interação. De acordo com Santos, “Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos [...]” (SANTOS, 2006, p.39)

Para Milton Santos, o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente. *O espaço é resultado e condição dos processos sociais* [...] Desse modo, o espaço, além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem. (SAQUET; SILVA. 2008, p. 30-31)

Dito isso, baseado nos conceitos de Milton Santos, nos propomos a pensar o *territóriopraça* (configuração geográfica) também como *espaço*, enquanto condição dos processos sociais que se dão neste território e igualmente como resultado deles sofrendo ação a longo prazo de tais processos históricos e sociais que o configuram enquanto local constante de disputa de poder, conforme vamos discorrer.

Tratar da praça como um *espaço* é considerar a amplitude e complexidade dos embates por tal local, aqueles políticos, com relação à memória, é abordar a “atualização” que este espaço sofre constantemente de acordo com quem detém o poder sobre o mesmo, inclusive no quesito estético e visual do local. São (re)significações dadas a partir do tempo presente que o espaço oferece, se mostra e também “se vende”, de acordo com a afirmação de Jeudy, “a ausência do que foi possibilita qualquer invenção presente da memória. Assim, a sensação de desaparecimento não provoca nostalgia, mas, ao contrário, provoca efeitos de atualização do local cuja atração visual está relacionada à exibição presente de sua metamorfose.”(JEUDY, 2005, p.87)

Logo, tendo isto como base, pensar que um espaço como tal fica a mercê do que o presente tenta mostrar compreendemos que é natural que ocorra uma série de disputas para deter a memória do local. Cada “ocupação” deixa sua marca, cada “apropriação” deste território cria uma memória e por vezes, se esta não é mantida, é sobreposta, ou em alguns casos as memórias coexistem, O termo quando analisado etimologicamente indica que território é local de disputas, “afinal, território sendo etimologicamente instável, deriva tanto de terra (espaço físico) quanto de *terrere*, amedrontar, sendo assim, ‘*territorium* um lugar do qual as pessoas são expulsas pelo medo” (BHABHA, 1998, apud CAMPOS,2009, p.62). A praça é território de muitos grupos, reivindicar as diversas memórias de um espaço é comum, principalmente ao tratarmos de um espaço de caráter coletivo e público, de sociabilidade como a praça.

A praça enquanto território da cidade

A praça está na cidade, é parte dessa e, portanto, é fundamental abordarmos, mesmo que brevemente a coexistência destes dois locais. A cidade abriga esse território que por vezes pareceu ter uma relação condicionante de existência com a mesma. Junia Caldeira expõe que, durante a “Idade Média, praça era entendida não só como marco zero da cidade, mas sobretudo (...) como seu micromodelo, centro de operações e decisões; vive-la era participar da vida urbana” (CALDEIRA, 1998, p.16). Um espaço notadamente de sociabilidade importante para a constituição das relações cotidianas e cidadinas.

Certamente a configuração territorial da cidade sofreu mudanças no decorrer da história, segundo Henri-Pierre Jeudy, com o período do Renascimento e do Barroco as muralhas verticais, modelo até então vigente, caem e a cidade ganha características geométricas com linhas paralelas como as avenidas, calçadas, obeliscos. Essa configuração pode ser bastante importante para pensarmos a lógica organizacional da praça que também absorve tal formação territorial.

Para alguns historiadores, o espaço geométrico urbano corresponde à instalação de uma ordem militarizada, sendo as artérias principais um meio privilegiado de fazer circular as tropas, ou servindo para grandes paradas. Os prédios com fachadas padronizadas são então comparáveis às fileiras de

soldados em estado de prontidão. O ponto de vista se torna o do “olho do poder” [...] O espaço geométrico ao qual se atribui uma finalidade militar, torna possível a estética urbana da soberania. O poder absoluto se prolonga na configuração espacial de uma ordem dominada que, como a imagem devolvida pelo espelho, se torna a inscrição territorial de sua representação especular (JEUDY, 2005, p.86-87).

Entendemos que a praça combina a condição de objeto e igualmente de sujeito tendo relação direta as alterações percebidas na cidade. O papel e funcionalidade que a mesma exercem diferentes momentos de transformação das cidades em cada sociedade, cultura e tempo, são alterados variando enquanto local de circulação de ideias, comércio, de expressão popular, de lazer e de convivência.

Observa-se que as praças tiveram três momentos distintos de transformação funcional: a praça enquanto espaço político, de comércio e espaço de lazer. Na Ágora e no Fórum Romano, a praça representou, sobretudo, o espaço das manifestações políticas da democracia Grega e do Império Romano. Na Idade Média e no Renascimento, este espaço se tornou o *locus* do mercado, trazendo para as comunidades locais o desenvolvimento urbano; as praças renascentistas também serviram como palco estético para monumentos e estátuas. E finalmente, a praça como espaço de lazer, onde o *footing* e outras formas de manifestações cívicas passaram a ocorrer (CALDEIRA, 1998, p.16)

Retornemos a praça na antiguidade. A Ágora (praça grega) aparece como imprescindível na construção de uma noção de espaço “público”, para funções públicas, onde os cidadãos, e somente eles (excluindo, por exemplo, mulheres e escravos) saíam de seus espaços privados, os *oikos* e, de certa forma, rompiam com a organização de cidades a partir do parentesco. O local era de deliberação de uma série de assuntos importantes à existência da sociedade, o que também justifica a presença daqueles que detinham alguma influência na política (os cidadãos). Na Ágora se realizavam entre outras atividades, assembleias, festivais, eleições, competições atléticas. Este se tornou o centro da *pólis*, os edifícios públicos da cidade foram sendo construídos ao redor do local que reunia as pessoas.

A praça configurava-se enquanto núcleo da vida urbana e local de deliberação com profundo sentido político, o que foi retomado diversas vezes ao longo da história de muitas praças que se tornaram território de reivindicação popular, de expressividade e igualmente de

intervenção urbana frente a um modelo de espaço público que com o passar dos anos transformou-se pelo legado do *planejamento* almejando a estética e deixando a desejar na função “nata” destas praças, a de sociabilidade.

Durante o século XIX e XX as cidades passam por intensas modificações em nome de uma modernidade altamente influenciada pela cultura europeia visando à mudança da paisagem das cidades com foco na salubridade e igualmente no embelezamento (SILVA, 2008), relevante destacar também as mudanças na forma de socializar nestes territórios. Segundo Alzilene Silva,

A chegada da praça ajardinada responde aos imperativos vigentes – lugar higiênico e bonito, passa a receber tratamento paisagístico bem a moda européia. Além disso, a praça ajardinada consiste um marco na cidade, pois inaugura um novo modo de relação com o espaço público – para ser freqüentada era primordial que os moradores fossem bem vestidos. Normas de comportamento foram instituídas. As pessoas passam a freqüentar os espaços públicos para serem vistas e para observar. A praça passa ser o lugar do desfile social da elite que exibia seus trajes finos, jóias e luxuosos acessórios (SILVA, 2008, p.5).

Henri-Pierre Jeudyaborda esses espaços urbanos “vazios e monumentais”, as tradicionais praças cercadas de edifícios e estátuas, a noção de uma “cidade petrificada” que parece buscar uma conservação a todo custo. Os monumentos eternos que jamais serão danificados, que conservam interesses, como dito anteriormente, “sob o olhar do poder” buscando uma representação da ordem. A própria restauração do patrimônio seria um meio de criar uma “equidade” da cidade produzindo não apenas a ideia de uniformidade visual, mas também histórica, quebrando a noção de mudanças de acordo com as temporalidades, bem como das divergências e lutas para a ocupação destes territórios e a vigência de determinadas memórias.

A organização de territórios urbanos sempre oferece a possibilidade de tranquilizar os habitantes, graças ao estímulo de um sentimento do belo que permanece apaziguador mesmo podendo às vezes parecer mórbido. Uma escultura em uma praça bem iluminada é uma condição serena e atemporal de prazeres estéticos burgueses. Graças a essa representação um tanto estereotipada da ordem, a cidade está sempre destinada a reencontrar sua unidade (JEUDY, 2005, p.99).

E assim, se impor enquanto absoluta, muitas vezes, na tentativa de negar as muitas “faces” que estes territórios podem assumir. Faces estas que podem por em risco a soberania do poder e da ordem.

A Plaza de Mayo e da Argentina

Ao analisarmos nosso modelo a ser discutido, a *Plaza de Mayo*, poderíamos sugerir que este seria um arquétipo ideal para demonstrarmos o que até então abordamos, e igualmente, o que a literatura da temática sugere. Trataremos da configuração espacial deste *território*, suas diversas funcionalidades enfocando uma questão muito importante que diz respeito às características coletiva e pública desta praça as quais foram sendo construídas ao longo de sua história. Tal território pode ser considerado como sendo sede de múltiplas praças num mesmo local, tanto no decorrer dos anos como num só momento, como o presente.

Atualmente, é sede da Casa Rosada (poder executivo nacional), cercada por tantos outros prédios importantíssimos como o Banco de la Nación, o Ministerio de Economía, Palacio de Gobierno, o Cabildo de Buenos Aires entre outros, também é referência do centro histórico, político, ponto turístico e igualmente pertencente ao centro da cidade. Exatamente por ser referência de tantas possíveis praças tem um fluxo constante tanto de pessoas que “simplesmente” passam por essa como aqueles que ocupam o *espacodela* de distintas formas. Seja nos momentos destinados as demonstrações de poder político e do Estado (autoritárias ou não) ou, das manifestações populares, SIGAL (2006) lembra que manifestos não são necessariamente *contrários* a instâncias representativas, reforçando que também por sua localização, que há alguns anos tornou-se central, a Plaza de Mayo é um local para “ver e ser visto” como as manifestações exigem, e que foi se construindo como tal. Obviamente, além da localização central, uma análise mais profunda é necessária para discutir este espaço, afinal não foi a toa que foi escolhido entre tantas praças da capital *porteña*, “sí la Plaza de Mayo, y no otras de la ciudad, fue su encarnación típica, es porque allí se instituyó el *locus* del verdadero espacio signficante, el dibujado por la Plaza colmada y el Jefe en la Casa del Gobierno” (SIGAL, 2006, p.18).

Ao longo da história da Plaza, intimamente ligada a da cidade e do país, suas funcionalidades sofreram alterações bastante simbólicas que dizem muito sobre a historicidade da cidade já que essa e a praça surgem praticamente juntas.

A Plaza de Mayo, maior praça de Buenos Aires, é tão antiga quanto a cidade. O colonizador espanhol Juan de Garay, quando refundou a Ciudad de la Santísima Trinidad y Puerto de Nuestra Señora del Buen Ayre, em 11 de junho de 1580, deixou traçado o lugar da Plaza Mayor. Neste espaço de múltiplos usos, eram realizadas as cerimônias religiosas e oficiais, além de ser um local de comércio em decorrência do mercado que lá havia. Junto a essas imagens, a Plaza ainda era um cenário para as corridas de touros, as execuções públicas e as demonstrações de castigo (PONZIO, 2009, p.45).

Inicialmente enquanto Plaza Mayor quando ainda era um símbolo hispânico, seu espaço físico era aproximadamente metade do atual, localizada na região oeste da praça. No lado leste, dividiu território com a Plaza del Fuerte, “[...] ahí, al Compañía de Jesús había instalado una capilla, habitaciones, un colegio y huertas, pero tras la orden de trasladarse se llevó todo, puertas, ventanas, cerrojos y rejas, dejando un descampado donde se adiestraban los soldados y tenían sus cocheros los prelados” (SIGAL, 2006, p.13).

Posteriormente, em 1803 uma galeria chamada de Recoval foi construída ao longo de toda a praça no sentido norte-sul para proteger os transeuntes da chuva bem como para incentivar o comércio e arrecadar impostos. Neste momento, a Plaza Mayor foi rebatizada de Plaza de la Victoria após as vitórias em invasões inglesas de 1806, e a Plazuela tornou-se Plaza de Mayo após o 25 de maio de 1810 fazendo referência a *Revolução de Maio* do mesmo ano, parte do processo de independência da metrópole espanhola (SIGAL, 2006). O espaço é novamente unido através da destruição da galeria em 1884, que já havia sido condenada, assim se destrói também o caráter comercial da praça unindo o poder político e da pátria. Também se buscava nesses áureos tempos de modernização, uma praça digna para a grandiosidade da Capital:

La creación de la Plaza de Mayo venía a satisfacer, aducía el intendente en su proyecto, la “justa exigencia de que la Capital de la República sea dotada de una plaza digna de su importancia”. Con la nueva Plaza y la avenida de Mayo, la operación urbanística más importante en la historia del centro cívico, se abrirá el primer espacio público monumental de Buenos Aires (SIGAL, 2006, p.205)

Em meados da década de 1880 a Plaza não se configurava nem como local de passeio e de reunião, nem tanto enquanto centro social, já que a ocupação da cidade se dava mais em outras regiões. Mesmo com todas as transformações que foi sofrendo até se tornar essa praça imponente, parece-nos notório que desde seu princípio até a atual configuração, a estética do poder é predominante, evidenciando uma clara visibilidade desse que perpassa o tempo. Um reflexo da representação do Estado soberano e da ordem, também da pretensão de construir um *espacio* “vigiado”, ambientado “sob o olho do poder”, revela um processo quase “doutrinador”. Conforme Silvia Sigal,

La Plaza de Mayo fue siempre la plaza del poder y esto es así por dos motivos: porque quienes querían ir a reclamar lo hacían en ese espacio y, también, porque las fechas patrias se han festejado siempre allí: los sucesivos gobiernos se han presentado a sí mismos y han hecho la exhibición de su poder durante las celebraciones patrias en la Plaza de Mayo (ARENES, 2004, s/p).

Concordando com a afirmação de Sigal, podemos ainda pontuar que os nomes que a praça recebeu tinham vínculo direto com questões patrióticas (mesmo antes do país conquistar sua independência), demarcando eventos em que a soberania nacional foi testada. Através de uma minuciosa enumeração de celebrações de caráter pátrio, a socióloga entende que o espaço busca constituir uma ordem social e política sendo que a representação constante da pátria se faz a quem está nesse território. A pretensão destes eventos seria “presentar públicamente una comunidad y, [...], denegar simbólicamente la división de la sociedad”(SIGAL, 2006, p.21).

Ao longo da história do país, a praça acabou refletindo alguns grandes acontecimentos e diversas, também distintas, motivações para a ocupação deste local. O *espacio* além das famosas intervenções de grupos considerados mais populares, também foi território para protestos de empresários demonstrando a “democratização” em suas ocupações. Desde a narração de uma história oficial dada pela configuração espacial e elementos impositivos,

também conseguimos percebê-la como lugar de divergência com a mesma, conforme o exemplo da ocupação das Madres confirma.

Três grandes eventos em especial fazem parte da proposta de Sigal, a qual considerando a história argentina intrinsecamente misturada a da Praça, defende que a Plaza de Mayo teria espaços centrais em que a memória dos acontecimentos se confunde com a da *Plaza*: o da Pátria (representado pela Revolução de Maio e todos os eventos pátrios), do Peronismo e das Madres. Ela entende que embora sejam muitas as ocupações do local, essas convivem em harmonia não se sobrepondo e defende que o local está “sobrecarregado de sentidos”. Em entrevista comenta:

[...] yo diría que son tres los que quedaron incorporados en la memoria: las celebraciones patrias, el peronismo y la Plaza de las Madres, y no existen razones para pensar que la lista esté cerrada. Sus puntos de origen, respectivamente, son, el 25 de mayo de 1810, el 17 de octubre de 1945 y las rondas de las Madres de Plaza de Mayo desde 1977. Por distintas que sean las razones que llevaron a la movilización, todas tuvieron algo en común: dirigirse al lugar del poder. Pero, a diferencia de otros acontecimientos, no menos importantes políticamente (los bombardeos, la muchedumbre en 1982, la revuelta de 2001), aquellos tres quedaron simbolizados por la Plaza (ARENES, 2004, s/p).

Percebemos que a instituição da ordem vem acompanhada por alguns “auxiliares”, como a estética em prol de um embelezamento que transpassa questões referentes a um ideal arquitetônico e paisagista. Os séculos XIX e XX foram cenários de uma modernidade no que tange o desenvolvimento das cidades e a influência europeia que previa o planejamento dos territórios chegou a Buenos Aires, a praça foi estrategicamente arquitetada sob os moldes da Europa, sendo seu arquiteto Charles Thays, francês residente na cidade entre o fim do século XIX e início do XX (PONZIO, 2009, p.47). Um exemplo bastante relevante da estética à serviço do poder é o ocorrido em 1977, durante o período da ditadura militar argentina, na qual a *Plaza* começava a instituir-se enquanto um cenário de reclamo contra as Forças Militares, tendo como principais representantes as *Madres de Plaza de Mayo* (que iniciam suas rondas no citado ano). Segundo Maria Fernanda Ponzio: “na tentativa de cessar as manifestações que marcaram o capital simbólico da Plaza de Mayo, são construídos pequenos jardins em seu centro, ocupando uma área de, aproximadamente, 3.000m². Com efeito, o novo

projeto arquitetônico promovia a dispersão de grandes agrupamentos [...]” (PONZIO, 2009, p.47).

Os espaços verdes, a jardinagem e os monumentos presentes (como a Pirâmide de Mayo e a estátua equestre de Manuel Belgrano) constituem um local de contemplação que causa o já citado “sentimento do belo” e o ideal de tranquilidade, apaziguamento. A ambição pela estetização pode ter um efeito disciplinador, conforme afirma André Lara Resende, “a proximidade pedestre, a praça, os parques e as calçadas são instrumentos essenciais do insubstituível papel *civilizador* da urbanidade” (RESENDE, 1997, s/p).

A praça da manifestação também é a praça turística que necessita ser bela e contemplativa, apesar de também ser atrativa pelas intervenções. A questão da ordem social e também da civilidade aflora a uniformidade das cidades, *status* muito explorado pelo turismo. De acordo com Ponzio, toda a estetização do local “[...] não comporta - nem permite – a exposição de suas fissuras em sua paisagem” (PONZIO, 2009, p.51). Com isso, retomamos a discussão da ilusória unidade nas cidades, e dos *espaços*, que seguem uma lógica da marginalização dos elementos que não fazem, ou que não deveriam, fazer parte de um local tão mítico e importante na construção da “identidade” argentina fundamentada no ideal europeu, “culturalmente estetizada, a cidade portenha opera - e é operada – por sofisticados artifícios que a remetem ao legado europeu ainda vivo nas representações afetivas que dão tom à sua paisagem”. (PONZIO, 2009, p.50).

Por fim, a Plaza de Mayo como espaço público aberto permite uma multiplicidade de sentidos e simbolismos que dão “vida” a este *território*, podemos sugerir inclusive que esta vida gera o *espaço*, anteriormente abordado sob a noção de Milton Santos, compreendido pelas relações sociais históricas nos territórios, ainda delega a complexidade que o mesmo demanda. As várias funcionalidades em cada época, e também na “mesma época”, coexistentes, são capazes de demonstrar a democratização de um espaço que é referência do reclamo às esferas de poder:

No dejó de ser nunca la plaza de la historia argentina [...]. Como espacio público abierto puede simbolizar a grupos diversos, algo que no sucede con los espacios cerrados, donde la idea de santuario excluye lo que es típico de la Plaza de Mayo, la multiplicidad de significados coexistentes que siguen teniendo en ella vida propia (ARENES, 2004, s/p).

Considerações finais

É possível destacar como as materialidades de uma praça vão desenvolvendo *territórios* tão claros e ao mesmo tempo tão mesclados. A configuração espacial da Praça de Maio de acordo com o que expomos foi sempre pautada pelo Estado e pela demonstração de poder, mesmo assim, os conflitos advindos dessa configuração foram estabelecendo ao longo dos séculos um *espaço* notadamente palco de disputas variadas arquitetadas por relações sociais, tendo como central o homem enquanto sujeito dessa construção do espaço.

Entendemos a Plaza de Mayo como um destes espaços que se mantém em plena atividade, composto por múltiplas causas sendo apreendido de acordo com as representações que cada pessoa faz da praça. Pois, a praça, bem como a cidade:

[A cidade] excede a representação que cada pessoa faz dela. Ela se oferece e se retrai segundo a maneira como é apreendida. Uma certa nostalgia parece nos fazer acreditar que a cidade não corresponde mais ao signo porque se teria tornado excessivamente percebida graças aos símbolos de sua monumentalidade exibida. (JEUDY, 2005, p.81).

O excesso de percepção da cidade que Jeudy levanta diz respeito inclusive a uma espécie de “mercantilização” do espaço, que transforma tudo em consumo, em atração, “a memória que se conserva desse espaço é uma mistura de emoções advindas do poder de compra e de imagens refletidas no que ali se foi buscar” (PONZIO, 2009, p.52), propensão que observamos no exemplo da *Plaza de Mayo*.

Podemos sugerir que existe uma tendência a mudanças na forma como se utiliza o espaço público, tendência essa que parece natural conforme as sociedades e o comportamento dessas muda. A construção de *espaços* públicos, segundo Simmel se daria socialmente, “[...] as formas de sociabilidade e de apropriação dos espaços públicos, além de se transformarem constantemente, expressam processos sociais mais gerais de uma sociedade em um determinado tempo e lugar” (SIMMEL, 1939, apud ALMEIDA; ANDRADE; JAYME, 2009, p.134).

Também é perceptível que a literatura mais recente aponta para um declínio na utilização dos espaços públicos como processo natural da sociedade contemporânea que

estaria usufruindo de espaços privatizados, vigiados e “semipúblicos” - como os *shoppings centers* (ALMEIDA; ANDRADE; JAYME, 2009) - contudo, essa afirmação deve ser relativizada. Alguns locais mesmo que imersos em aspectos estéticos e questões culturais que dificultam a sociabilidade, resistem e se mantem enquanto “*território ocupado*” integrante do *espaço* praça, se fazendo sempre presente seja através de eventos anuais ou semanais (como as rondas das Madres), por meio de monumentos “perpétuos”, de pinturas, “pichações” ou grafites que ficam marcados no território e até mesmo pela manutenção da beleza e da ordem.

As “praças” emblematicamente reconhecidas na Plaza de Mayo têm como fator comum a relação com o poder político. Ainda que construídas sob ideais diversos, a noção de publicidade de uma manifestação era garantida ao adentrar o espaço. No caso da “praça das Madres” indicada por Silvia Sigal, se identifica que, em oposição a praça Pátria e a Peronista, a quantidade de participantes na manifestação não era a medida capital de importância. Elas protagonizaram um protesto silencioso e pacífico contrariando a ameaça à desordem pública que o regime esperava que ocorresse, além de exporem suas vidas pessoais em tal esfera. Outro diferencial que legou à Plaza de las Madres tal adjetivo, é que foi a única que conseguiu constituir marcas físicas, conquistou sua territorialidade frente a tantas outras ocupações, as quais tornam muito mais duradoura sua memória. Os trinta e dois *pañuelos* desenhados no chão ao redor da pirâmide são um monumento que sequer os *Descamisados* de Evita conquistaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rachel de Castro; ANDRADE, Luciana Teixeira; JAYME, Luciana Gonzaga. Espaços Públicos: novas sociabilidades, novos controles. **Cadernos MetrÓpole** 21.1º sem 2009, p.131-153. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/5959/4313>. Acesso em: 20/12/2013.

ARENES, Carolina. **La entrevista - Silvia Sigal**: “La Plaza de Mayo no es sólo peronista”. La nación.com. 12 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/662324-silvia-sigal-la-plaza-de-mayo-no-es-solo-peronista>. Acesso em: 20/12/2013.

CALDEIRA, Junia Marques. **Praça: território de sociabilidade – uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade em Belo Horizonte**. 1998. 211p.

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP

CAMPOS, Emerson César. **Territórios de uma praça: Sociabilidades e sentidos na praça XV de novembro (Florianópolis-SC) entre 1990-2008.** In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianny Lima (orgs.). Cidade e Memória. Teresina: EDUFPI/Imperatriz: Ética, 2009. p.61-85

CASTELLAN. Gláucia Rodrigues. **A Ágora de Atenas:** aspectos políticos sociais e econômicos. Disponível em: http://www.klepsidra.net/klepsidra26/agora.htm#_ftn3. Acesso em: 10/12/2013. s/p

JEUDY, Henri-Pierre. **Segunda parte:** A crítica da estética urbana. In: _____. Espelho das cidades. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.p.79-105.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Oitava parte:** Museu, cultura material e cidade. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: GUIMARAENS, Cêça; KESSEL, Carlos; SANTOS, Afonso Carlos Marques dos (org). Livro do Seminário Internacional “Museus e Cidades”. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional 2004.p.255-282. p.260-261.

PONZIO. Maria Fernanda Garbero de Aragão. **Las Madres de Plaza de Mayo:** à memória do sangue, o legado ao revés. 2009.196p. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

RESENDE, André Lara. **A urbanidade.** Folha de São Paulo. São Paulo, 26 de agosto de 1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/26/opinioao/7.html>. Acesso em: 12/12/2013. s/p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).p.38-39

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos:** concepções de geografia, espaço e território. Revista Geo UERJ, Rio de Janeiro. ISSN 1981-9021, Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42. Disponível em: www.geouerj.uerj.br/ojs. Acesso em: 15/12/2013.

SIGAL, Silvia. **La Plaza de Mayo:** Una crónica. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, 344p. p.21

SILVA, Alzilene Ferreira. Cinema na Praça: sociabilidade e modificações das relações de uso em praças na cidade de Salvador-Ba. In: **VI Congresso Português de Sociologia. Mundos sociais:** saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa, junho de 2008. Número de série 572. Anais, p.1-9. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/572.pdf>. Acesso em: 13/12/2013.